



BOLETIM SOBRE DIREITOS HUMANOS

Rede Moçambicana de Defensores de Direitos Humanos



<https://multimedia.europarl.europa.eu>

GUARDIÃO DA DEMOCRACIA | www.cddmoz.org

Quinta - feira, 16 de Novembro de 2022 | Ano 04, n.º 85 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

Imigrantes ilegais detidos em condições desumanas na 18ª Esquadra da PRM em Maputo

- Dezenas de imigrantes ilegais de vários países africanos estão detidos em condições completamente desumanas nas celas da 18ª Esquadra da Polícia da República de Moçambique (PRM), na capital do país. A situação representa um grave atropelo aos direitos humanos, pelo que é urgente a criação de uma comissão de inquérito para averiguar o caso e apurar as devidas responsabilidades.



São dezenas de cidadãos de várias nacionalidades, entre guineenses, senegalenses e congoleses que, há longos meses e, em alguns casos, anos, estão apinhados nas celas da 18ª Esquadra da PRM, sita nas proximidades do Comando da Unidade de Intervenção Rápida (UIR), numa zona vulgarmente conhecida por “Brigada Montada”, nos arredores da Cidade de Maputo.

Imagens impressionantes a que o CDD teve acesso mostram jovens deitados no soalho, sobre pedaços de caixas e de tecido que fazem a vez de camarotes. São, na sua maioria, jovens que estão apinhados num minúsculo e imundo compartimento. As duas pequenas janelas denunciam deficiências no arejamento da cela, o que é crítico no actual período quente.

Aliás, num dos vídeos, um dos detidos aparece a contorcer-se e com sinais de desmaiado na minúscula cela, enquanto os seus companheiros tentam reanima-lo com técnicas rudimentares, que incluem sopros à base de vestuário. “Está a morrer aqui”, ouve-se entre o grupo. Neste vídeo, pelo menos três agentes da Polícia fardados estão entre a multidão de detidos. Num outro vídeo, um dos detidos faz o relato das condições difíceis por que passam.

“Epa, estamos aqui. A situação que estamos a passar aqui dentro da cela (...). Está a ver como estão a dormir pessoas aqui? Uma pessoa que já tem mais que um ano aqui dentro (...). Assunto não se resolve, nem nada. Estão a dormir todos no chão. Vê-la como estamos a viver aqui dentro”, diz.

Com a evidente imundície na cela, eles queixam-se, inclusivamente, de estarem a ser picados por insectos. “Bichinhos estão a nos comer aqui. Estamos a passar mal com bichinhos aqui”. Debaixo de uma situação dramática, os detidos têm um pedido que fazem questão de repetir quantas vezes baste: “estamos a pedir nos ajudar, por favor. Estamos a pedir nos ajudar, por favor (...). Estamos a pedir nos socorrer. Estamos a pedir (...). Por favor, estamos a pedir socorro, estamos a pedir socorro pelos direitos humanos. Pelo menos entrem e nos verem aqui como é que estamos a passar esta situação. Por favor, estamos a pedir pelo menos mandar alguém para vir nos socorrer aqui. Estamos a passar mal (...) Por favor”.

As imagens a que o CDD teve acesso mostram simplesmente cidadãos africanos, mas há relatos de que cidadãos de outros continentes, sobretudo asiáticos, também passaram pelo local, mas sem permanecer por longos períodos, alegadamente graças aos habituais esquemas de corrupção que corroem a administração da justiça e toda a admi-

nistração pública moçambicana.

Com dedo apontado para as autoridades policiais, um dos detidos confirma extorsões com promessa de libertação, mas que nunca ocorre: “Levam dinheiro de pessoas e não resolvem nada. Comeram dinheiro de muitas pessoas aqui e nada está a acontecer”.

O CDD entende que as condições de detenção de cidadãos são um grave atropelo à dignidade humana. Ainda mais quando, mesmo sem menosprezar as ilegalidades nas quais estão envolvidos, os visados não cometeram crimes repugnáveis (como os raptos continuam a passear a classe, perante a criminosa convivência de algumas entidades do Estado, sobretudo a Polícia e o SERNIC – Serviço Nacional de Investigação Criminal), mas ilegalidades, no caso entrada sem documentação em Moçambique, país que tem sido usado como corredor para chegar à África do Sul, o el dorado de muitos jovens de vários países africanos.

Com efeito, o CDD insta à criação de uma comissão de inquérito para, o mais rapidamente possível, averiguar a situação destes cidadãos, o que poderá levar ao esclarecimento do caso e eventual apuramento de responsabilidades sobre a violação de direitos humanos. O que a Polícia não pode fazer é dar-se ao luxo de continuar a tratar seres humanos como se de animais de tratasse, com todas as consequências daí decorrentes.





INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: CDD
Equipa Técnica: Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

